



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 18 DE MAIO DE 2026

N.º 16/2026 (Quadriénio 2025/2029)

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Arões, conforme convocatória feita em conformidade com a deliberação tomada em reunião de 07/04/2026 e, ao abrigo da legislação aplicável, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2025-2029: -----

COM AS SEGUINTE PRESENÇAS:

-Do CDS/PP: O Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva, que presidiu à reunião, o vereador, Sérgio Miguel dos Santos Soares, e a vereadora Mónica Pinto Seixas; -----

Do PPD/PSD, os vereadores, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares; -----

Do PS, o vereador Nelson da Silva Martins.-----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Ata da reunião ordinária de 5 de maio de 2026;-----

b) Assuntos gerais de interesse autárquico.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1 - Apoio ao Associativismo 2026 – Transportes Ocasionais: Pedido do Grupo Desportivo e Cultural Estrelas Vermelhas;-----

2 - Apoio à realização da IX Caminhada UCRFF: Pedido da União Cultural e Recreativa Fuste e Função; -----

2026.05.18

3 - Apoio à Caminhada Solidária: Pedido da Associação Valecambrense Pais e Amigos do Cidadão Deficiente;-----

4 - Construção de Edifício de Habitação Social Partilhada – ELH – 20 fogos e Requalificação da Rede Viária – Auto de Medição n.º 19;-----

5 - Construção Rotunda frente ao empreendimento - Habitação Social Partilhada (ELH) em Ramilos; -----

6 - Desafetação do Domínio Público de troço de caminho público - Requerimento de Patamar Pontual Investimentos, Ld.ª; -----

7 - Transporte de Grupo de crianças da Catequese: Pedido da Paróquia de Vila Chã;-----

8 - Transporte ida e volta do Aeroporto Sá Carneiro: Pedido do Grupo Etnográfico Terras de Cambra;-----

9 - Proposta de Louvor;-----

10 - Proposta de contratação do candidato posicionado em 2.º lugar, para ocupação do posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, na área de licenciatura em Multimédia, Design, Novas Tecnologias da Comunicação, Ciências da Comunicação ou Marketing e Publicidade, mediante contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Reserva de Recrutamento do Aviso n.º 17243/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto;-----

11 - Informações e outros Processos;-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Reunião pública em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, aplicando-se o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo, tendo sido, de acordo com o n.º 3 do referido artigo, feita a publicitação por Edital no site do Município e Plataforma SAM, bem como, no placar dos Paços do Concelho e nas Juntas de Freguesia)-----

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião.-----



O SR. PRESIDENTE, ANDRÉ AGOSTINHO MARTINS DA SILVA, DECLAROU ABERTA A REUNIÃO: -----

O Sr. Presidente começou por manifestar a sua satisfação pelo facto de todo o executivo ter concordado em realizar reuniões descentralizadas pelas freguesias, permitindo uma maior proximidade com a população e proporcionando aos munícipes a oportunidade de expressarem a sua opinião e abordarem quaisquer assuntos considerados pertinentes. Referiu ainda que estas reuniões terão lugar de dois em dois meses, iniciando-se em Arões e seguindo, como critério, a ordem alfabética das freguesias. Deu nota da presença do Chefe de Gabinete acompanhado pelo Burgomestre de Mondorf-les-Bains, cidade geminada com Vale de Cambra, que se encontra em visita oficial. Por fim, agradeceu a presença de todos e deu início à reunião.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE MAIO DE 2026: -----

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 5 de maio de 2026, por unanimidade. -----

O Sr. vereador Nelson da Silva Martins ao abrigo do n.º 3, art.º 34.º do CPA, não votou, por não ter estado presente na referida reunião. -----

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: -----

O vereador Sérgio Soares agradeceu a presença de todos e informou ter estado presente na celebração do 45.º aniversário do CDC – Grupo Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra, felicitando a instituição em nome da Câmara Municipal e manifestando o reconhecimento e apreço pelo contributo que tem dado ao desenvolvimento desportivo, associativo e cultural da comunidade local.-----

Referiu ainda a sua presença no Moira Fest 26, em Pontemieiro, organizado pela Associação dos Amigos de Pontemieiro. Esteve também presente na cerimónia religiosa da Banda Musical Flor da Mocidade Junqueirense, onde foi prestada

homenagem a todos os músicos e dirigentes falecidos, participando posteriormente no almoço-convívio. Deixou uma palavra de reconhecimento ao Rancho Folclórico “A Primavera”, de Vila Cova de Perrinho, pelo lançamento da 4.ª edição da revista cultural A Primavera.-----

Agradeceu a todos os envolvidos na última edição do RUNCAMBRA, nomeadamente ao Grupo Desportivo e Cultural de Lordelo, Hockey Académico de Cambra, Grupo Etnográfico de Cambra, Adega Cooperativa de Vale de Cambra, VADIA, UNIAGRI, INTERCAIMA, Associação Póvoas de Santo Aleixo, ACR – Associação Cultural e Recreativa de Vale de Cambra, Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, Cantadeiras de Arões e Grupo Etnográfico de Macieira de Cambra, terminando com um elogio ao trabalho que estas coletividades desenvolvem ao longo do ano.-----

A vereadora Mónica Seixas partilhou algumas iniciativas em que marcou presença em representação do Sr. Presidente da Câmara de Vale de Cambra. Referiu ter estado presente na inauguração da Creche do Cabeço da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, tendo-se celebrado em simultâneo os 74 anos de atividade da instituição.-----

Esteve também presente no arranque das Oficinas “Projetar o Futuro,” desenvolvidas em parceria com a ADRIMAG, destinadas a jovens do 9.º ao 12.º ano, com o objetivo de proporcionar a experimentação de diferentes profissões e nas quais participaram cerca de 60 jovens inscritos.-----

Deu nota de que teve lugar em Vale de Cambra, entre os dias 9 e 10 de maio, o 2.º Encontro Nacional de Canto a Vozes, organizado em parceria com o Grupo de Folclore Terras de Arões, contando com a presença de cerca de 29 grupos de cantadeiras de todo o país.-----



2026.05.18

ATA Nº 16/26

FL Nº 175

Disse ainda que o Grupo de Folclore “Terras de Arões” está a trabalhar em conjunto com a Associação de Canto a Vozes na candidatura do Canto a Vozes a património imaterial da Humanidade da UNESCO.-----

Neste âmbito, teve lugar uma reunião de trabalho que contou com a participação dos vereadores e técnicos da cultura dos municípios que mantêm esta tradição, juntamente com o Professor António Sampaio da Nóvoa, que orientou os trabalhos.-----

Referiu que os municípios estão unidos na valorização deste património, estando o mesmo a ser ensinado às crianças, implicando uma responsabilidade acrescida de dar continuidade a este trabalho, uma vez que, caso se concretize a classificação do Canto a Vozes como património imaterial da humanidade, esta terá de ser renovada de quatro em quatro anos, obrigando a sociedade civil, associações e municípios a prosseguirem este esforço.-----

Acrescentou que o Município de Vale de Cambra está a trabalhar neste sentido, contando, sob orientação da Professora Maria da Luz, com um grupo de 48 senhoras pertencentes às Comissões de Idosos de todas as freguesias, que têm ensinado às crianças “a botar as cantas”, tendo já sido apresentada uma atuação com cerca de 180 crianças, no dia 10 de maio.-----

Deixou um agradecimento ao Agrupamento de Escolas do Búzio por ter acolhido este projeto e às juntas de freguesia pelo apoio prestado, nomeadamente através da cedência de transporte.-----

Terminou informando ter recebido, juntamente com o Sr. Presidente, o novo Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde Entre Douro e Vouga, Dr. Carlos Alberto, tendo sido feito o ponto de situação dos projetos da área da saúde e reforçada a necessidade de manter o Posto de Saúde de Arões, bem como assegurar a existência de médico de família

permanente neste território. Foi ainda sublinhada a importância de manter cobertura total de médicos de família na Unidade Local de Saúde.-----

O vereador Nelson Martins começou por enaltecer a descentralização das reuniões, referindo que o território integra freguesias serranas, freguesias do vale e freguesias periféricas, mas que todos são cambrenses e têm direito à mesma atenção e proximidade, considerando por isso fundamental, que em todos esses espaços se promova a discussão pública dos assuntos de interesse coletivo.-----

De seguida, deu nota das atividades desenvolvidas no âmbito dos pelouros que ocupa, das quais fez uma referência sintética, ficando a totalidade em apensos. Relativamente à mobilidade e trânsito, informou ter recebido munícipes que se têm queixado da falta de alternativas de estacionamento em determinados locais da via pública, designadamente na Rua Estrada da Cooperativa, em Macieira de Cambra, e na Rua José António Martins, em Coelhosa, referindo ainda que, nos últimos meses, se tem verificado um acréscimo significativo de contraordenações rodoviárias nessas artérias.-----

Informou também que, na Rua da Escola Secundária, têm vindo a ser realizados estudos de sinalização vertical e horizontal, com o objetivo de diminuir os congestionamentos, encontrando-se igualmente em estudo a alteração do local de paragem junto ao complexo escolar do Covo (JI + EB), prevendo-se uma alternativa complementar a este do edifício, na Rua de Mourio. Acrescentou que, juntamente com o Sr. Vice-Presidente e a Chefe da DASE, reuniu com a Adjunta do Diretor do Agrupamento de Escolas do Búzio e com encarregados de educação, no sentido de avaliar a continuidade, ou não, da unidade orgânica da EB1 de Janardo, face à inexistência de alunos.-----

Referiu ter recebido um grupo de alunos dos Clubes Profissionais do Agrupamento de Escolas do Búzio, que representaram a área do Grande Porto e obtiveram o segundo lugar, qualificando-se para a Grande Final Portuguesa, a



2026.05.18

ATA Nº 16/26

FL. Nº 176

realizar em Ponte de Lima, onde será escolhido o representante português na Final Mundial.-----

Informou igualmente que esteve reunido, juntamente com o Sr. Coordenador da Proteção Civil e representantes da empresa responsável pelo serviço, para preparação de um resgate simulado a partir das linhas de alta tensão na área envolvente a Janardo/Cabril.-----

Acrescentou que, juntamente com o Sr. Vice-Presidente, reuniu com uma munícipe de Janardo, a qual manifestou preocupação relativamente ao impacto ambiental e patrimonial, local e regional, decorrente da instalação de linhas de alta tensão e redes eólicas.-----

Referiu também ter reunido com os Chefes da DASE e da DOME, no sentido de definir prioridades de intervenção para o próximo ano letivo, tendo em consideração os constrangimentos relacionados com a manutenção dos estabelecimentos de ensino.-----

Por fim, informou ter estado presente em várias atividades e eventos em representação do Município, destacando-se a cerimónia de premiação do Rotary aos melhores alunos do 9.º ao 12.º ano, uma sessão ordinária da Assembleia Geral da BIKINOV, a apresentação do livro "A Constituição Explicada às Crianças", da escritora Sara Rodi, e a Assembleia Geral da ENERGAIA.-----

Deu ainda nota de uma reunião realizada com representantes da TMP – Transportes Metropolitanos do Porto, designadamente o Dr. Rui Saraiva, o Dr. Jorge Barbeiro e o Dr. Raul Campos, com o objetivo de aferir o ponto de situação da operacionalização do circuito social (linhas 1610, 1611, 1612 e 1613) e do circuito urbano (linha 1609), através de mini-bus, bem como da criação de transporte público flexível a pedido para determinados locais. Nessa reunião, foram também discutidos os incumprimentos verificados por parte do operador,

nomeadamente a sobreposição de linhas para o interior do concelho e a alteração de horários sem prévia informação ao Município e/ou à TMP.-----

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira manifestou o seu contentamento por estar muito público presente, saudou todas as iniciativas do município, especialmente as que mobilizam a comunidade. Terminou felicitando o vereador Nelson Martins pelo esforço desenvolvido por parte da Câmara Municipal no sentido de implementar o transporte social.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares iniciou a sua intervenção procurando esclarecer qual o interlocutor adequado para os presidentes de junta apresentarem problemas ou preocupações, questionando se essas situações devem ser dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara, ao vereador com o respetivo pelouro ou ao adjunto do Presidente.-----

No âmbito das infraestruturas, solicitou informações sobre o ponto de situação das intervenções previstas para o abastecimento de água e saneamento, em Arões e qual o ponto de situação do restauro dos espigueiros. Referiu ainda a existência de várias pavimentações e arranjos que foram iniciados e permanecem por concluir, destacando a situação da Aldeia da Lomba, onde o pavimento se encontra bastante degradado, bem como o acesso à Agualva. Salientou que esta última situação constitui igualmente uma questão de segurança rodoviária, considerando necessária a execução de uma pavimentação adequada, a colocação de guardas de proteção, iluminação pública e marcação da linha central da via, especialmente para melhorar a circulação em dias de nevoeiro.-----

Relativamente às estradas limítrofes da zona da Agualva, referiu a importância de articulação com os concelhos confinantes, de modo a viabilizar a concretização das obras necessárias.-----



No domínio do ambiente, pediu esclarecimentos sobre diversos pedidos para colocação de contentores de resíduos sólidos urbanos que, segundo referiu, ainda não obtiveram resposta.-----

Manifestou igualmente preocupação com uma questão de saúde pública relacionada com a necessidade de realização de análises aos fontanários acessíveis ao público, sobretudo nas localidades onde ainda não existe rede de abastecimento de água, perguntando se o município tinha intenção de fazer essas análises.-----

Por fim, solicitou esclarecimentos sobre as medidas que a Proteção Civil se encontra a desenvolver no âmbito da preparação e prevenção para o período de verão.-----

O vereador **Sérgio Soares**, retomando a palavra, saudou a ADRIMAG pelo projeto “Vale Mais Social”, no âmbito do qual foi realizada a 3.ª Mostra Associativa na Escola Básica 2/3 das Dairas. O evento teve como objetivo divulgar e promover o associativismo, incentivando a adesão dos jovens a este movimento, de forma a manter vivas as tradições nas suas vidas.-----

Deixou um agradecimento às várias associações presentes: Agrupamento de Escolas do Búzio, Vale dos Duros, Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, Grupo Folclórico Terras de Arões, Associação da Felgueira, Grupo Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra, Agrupamento de Escuteiros 592 de S. Pedro de Castelões, Casa do Professor e Universidade Sénior de Vale de Cambra.-----

Felicitou ainda a Associação Desportiva e Recreativa de Campo D’Arca pelo seu 30.º aniversário, destacando o trabalho desenvolvido em prol do concelho.-----

No âmbito da prevenção dos incêndios florestais, informou que foi efetuada a gestão de combustível e a limpeza de nascentes em nove pontos de água aéreos. Acrescentou que foram intervencionados 14 km de caminhos florestais, com recurso a retroescavadora e máquina de arraste, tendo os sapadores florestais

2026.05.18

procedido ao corte de vegetação, numa extensão de 22,7 km de caminhos florestais, encontrando-se a plataforma estabilizada.-----

Referiu ainda, que foi realizada a gestão de combustível em 18,44 hectares de terrenos pertencentes à Câmara Municipal, localizados no perímetro florestal da Serra da Freita.-----

Informou também ter estado presente na Área Metropolitana do Porto, onde o Plano Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais obteve parecer favorável da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, sendo posteriormente analisado e submetido à aprovação da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais no próximo dia 28 de maio.-----

Explicou que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais corresponde à adaptação, à escala municipal, do programa sub-regional da Área Metropolitana do Porto, identificando, entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados e propondo as ações a executar no município. O plano prevê ainda o planeamento das intervenções das diferentes entidades envolvidas, em todas as fases da cadeia de processos do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.-----

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção destacando a dinâmica cultural, social e associativa de Vale de Cambra, referindo que o concelho é atualmente uma referência pela aposta e impacto da cultura, do desporto e do associativismo na qualidade de vida da população. Referiu ainda a elevada adesão à RUNCAMBRA, que contou com a participação de cerca de 2.500 pessoas, provenientes de todo o concelho e também de fora, considerando tratar-se de uma grande celebração da identidade, da tradição e dos valores que unem os valecambrenses enquanto comunidade. Deixou uma palavra de agradecimento aos valecambrenses, às associações presentes, aos patrocinadores, parceiros e,



2026.05.18

de forma especial, aos colaboradores do município, destacando a sua dedicação, profissionalismo e capacidade de organizar de eventos com elevada qualidade.----

Dirigindo-se particularmente à população de Arões e em resposta ao Vereador Miguel Aguiar Soares, informou que relativamente ao aumento da rede de saneamento, o projeto para a sua expansão já se encontrava concluído. Contudo, considerando a possibilidade de alargar a intervenção, os serviços procederam à reformulação do projeto, de modo a incluir simultaneamente a instalação de tubagem para abastecimento de água, evitando assim a necessidade de uma segunda intervenção futura. Acrescentou que esta alteração provocou um atraso na abertura do concurso, encontrando-se, no entanto, o processo já em andamento, sendo expectável que o concurso seja lançado até ao fim do corrente ano.-----

Informou que será aberto um concurso para a instalação de carregadores para carros elétricos em todas as freguesias, estando previsto o de Arões para a Praça Pública e que está em andamento a colocação de DAE's, desfibriladores também em todas as freguesias do concelho. No que se refere à proteção civil, disse que será reforçada a equipa com mais um elemento e tem estado a ser desenvolvido trabalho no sentido da prevenção, procedendo-se à limpeza de caminhos tendo-se já escalonado os sapadores florestais para que se posicionem estrategicamente, de modo a poderem dar uma resposta rápida e adequada em caso de necessidade. -----

Informou ter reunido com o Coordenador Municipal da Proteção Civil, os Presidentes de Junta das Freguesias de Arões e de Junqueira, a pedido destes últimos, com o objetivo de preparar preventivamente os meses de verão, através da criação de equipas de intervenção, em cada uma das freguesias e da disponibilização de kits de primeira intervenção.-----

2026.05.18

Sublinhou, que relativamente ao Posto de Saúde de Arões, sempre lutaram e continuarão a lutar pela manutenção de um médico de família permanente, não sendo contudo possível, assegurar que o médico se mantenha sempre o mesmo. Referiu que apenas conseguem garantir, que em caso de substituição, o médico cessante apenas sairá quando existir outro profissional para assegurar a sua substituição. Neste contexto, manifestou o seu reconhecimento à Direção da Unidade Local de Saúde, por ter assumido sempre um compromisso com Vale de Cambra, garantindo que a freguesia não fique sem médico, embora não consiga impedir a saída do profissional caso este assim o decida. Reforçou que tal decisão não depende nem da Câmara Municipal nem da Junta de Freguesia, estando no entanto, a ser desenvolvidos todos os esforços junto da ULS para assegurar a permanência do médico na freguesia. Ainda na área da saúde, informou que o gabinete de podologia do Centro de Saúde já tinha iniciado a sua atividade.-----

O Sr. Presidente, reforçando a informação transmitida pelo vereador Nelson Martins relativamente à escola do CEAJ, referiu que o edifício apresenta alguns problemas estruturais, sendo necessária a realização de uma empreitada. Informou que já foi efetuado o respetivo levantamento técnico e que se encontra em preparação o caderno de encargos.-----

Acrescentou ainda, que Vale de Cambra é um dos concelhos com melhores parques escolares, tendo as escolas sido totalmente requalificadas. Contudo, salientou que, com o passar do tempo, é natural que surjam necessidades de intervenção, como acontece atualmente no Centro Escolar de Arões/Junqueira e na EB1 do Búzio.-----

Referiu também, que está a ser desenvolvido trabalho no sentido de criar uma nova oferta no âmbito do CEAJ, esperando que a curto prazo, existam novidades, sobretudo para a parte alta do concelho.-----



Por fim, abordou a questão da oferta de transportes, afirmando que, dada a importância deste assunto, este sempre constituiu uma prioridade transversal a todas as forças políticas, embora, por vezes, devido ao peso da burocracia, os resultados tardem a surgir.-----

Deu nota de que, logo após a tomada de posse, tinha sido realizada uma reunião com a administração da TMP – Transportes Metropolitanos do Porto. Contudo, essa administração foi posteriormente destituída, e com a entrada de novos administradores, o processo acabou por ficar parado.-----

O Município voltou então a reunir com a nova administração, tendo ficado claro que a pretensão do Município passava por assegurar um transporte regular das freguesias para o centro da cidade, bem como um circuito urbano entre o centro da cidade e as zonas industriais, através de duas ou três linhas.-----

Referiu ainda, que a TMP assumiu o compromisso de iniciar o serviço urbano no dia 1 de junho. No entanto, perante a ausência de informações adicionais sobre o processo, foi solicitada uma nova reunião com a entidade, tendo sido comunicado que ainda não seria possível disponibilizar o serviço, sendo necessário mais algum tempo para a sua implementação.-----

Em resposta à questão colocada pelo vereador Miguel Aguiar Soares, especificou que todos os assuntos relacionados com pedidos e articulação com os presidentes de junta, são tratados diretamente com o Presidente da Câmara, que posteriormente encaminha os processos para o Vice-Presidente, responsável pelo respetivo pelouro. Este, por sua vez, articula a componente operacional com o adjunto do presidente, Pedro Magalhães. Sublinhou ainda que apesar de esse ser o procedimento habitual, qualquer presidente de junta poderá, sempre que necessário, contactar diretamente Presidente da Câmara.-----

No que se refere ao restauro dos espigueiros, informou que tinha sido apresentada, através da ADRIMAG, uma candidatura ao PROVERE, no âmbito da qual foram submetidos dois pedidos de financiamento: um destinado à construção do percurso fluvial do rio Caima, desde a praia fluvial até à Barragem Eng.º Duarte Pacheco, e outro para a requalificação dos espigueiros da Lomba, encontrando-se ambos a aguardar decisão.-----

Quanto à questão das valetas e pavimento o Sr. Presidente disse que, segundo o Eng. Paulo Reis falta fazer o acabamento final das valetas, da estréada Paraduça/cabrum, estando já feita a marcação da via. -----

Relativamente aos limites das freguesias, o Sr. Presidente referiu que o Chefe de Gabinete se encontrava a acompanhar duas situações consideradas urgentes, em articulação com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, relacionadas com projetos do PRR referentes a Teamonde e Arrifaninha.-----

Relativamente às análises à água dos fontanários públicos, informou ter já abordado o assunto com a Eng.ª Vera, tendo esta referido ser tecnicamente muito difícil assegurar a realização contínua desse trabalho, por não ser possível garantir o controlo permanente da situação. Não obstante, referiu estar a ser ponderada a possibilidade de existir, em cada lugar, pelo menos um fontanário com água devidamente analisada.-----

O Vereador Sérgio Soares afirmou considerar esta medida uma mais-valia para as localidades que ainda não dispunham de rede de abastecimento de água. Acrescentou igualmente a necessidade de o Município adquirir ou alugar uma cisterna, de forma a garantir a limpeza de fossas em zonas onde ainda não existia rede de saneamento. Informou ainda ser objetivo da Câmara Municipal descentralizar o atendimento, disponibilizando um funcionário que, uma vez por mês, se deslocaria às Juntas de Freguesia para prestar apoio, promovendo assim uma maior proximidade com os munícipes.-----



A vereadora Mafalda Sofia Ferreira, interveio observando que no relatório da ERSAR está explícito que nas zonas onde não existe abastecimento de água, a Lei prevê que exista, pelo menos, um fontanário com a água controlada. -----

O Sr. Presidente terminou o período antes da ordem do dia referindo que o Executivo pretendia e fazia questão de estar presente junto das populações e nos territórios, estabelecendo e mantendo uma relação de proximidade, apenas não o fazendo quando tal não fosse de todo possível. Acrescentou que a freguesia de Arões possuía uma dinâmica associativa muito significativa, caracterizada pelo forte sentimento de pertença, orgulho e identidade das suas populações relativamente às suas raízes e lugares. Referiu ainda que os membros do Executivo tinham marcado presença, sempre que possível, nas diversas iniciativas realizadas, nomeadamente em Campo d'Arca, Souto Mau, Paraduça, Cabrum e Ervedoso. Reforçou, por fim, a disponibilidade do Executivo para continuar presente junto das populações, com gosto e orgulho, sempre que tal se revele necessário.-----

**1 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO 2026 – TRANSPORTES OCASIONAIS:
PEDIDO DO GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL ESTRELAS VERMELHAS:---**

--- Processo Medidata n.º 9611/26 ---

Transcreve-se a informação de 28/04/2026, prestada pela técnica superior Margarida Henriques, corroborada pelo chefe da DCDT, Artur Ferreira:-----

"O Grupo Desportivo e Cultural Estrelas Vermelhas solicita o apoio da Câmara Municipal, ao abrigo do Regulamento dos Transportes, para a deslocação a S. Jacinto no dia 8 de Agosto de 2026, para efeitos de um convívio de pesca com os associados.-----

Após receção de pedidos de apoio à Câmara Municipal para a disponibilização de transporte informamos que o pedido de transporte abaixo descritos se enquadra no âmbito do artigo 16.º do Regulamento dos Transportes Municipais aprovar a

2026.05.18

celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por recurso à reserva de recrutamento do procedimento aberto pelo Aviso n.º 17243/2024/2, publicado no Diário da República 2.ª série N.º 1156 de 13 de agosto, com o Técnico Superior posicionado em 2.º lugar na Lista Unitária de Ordenação Final homologada em 31/03/2025, para exercício de funções no Gabinete de Comunicação e Protocolo, nos exatos termos das informações prestadas no processos de Vale de Cambra, “Os serviços de transporte ocasional poderão ser concedidos às Instituições legalmente constituídas e estatutariamente reconhecidas pela Câmara Municipal”. Os serviços de transporte ocasional poderão ser cedidos para apoiar a concretização dos fins e objetivos estatutários das instituições bem como para o cumprimento dos seus planos de atividade (...) -----

Entidade	Data	Deslocação	Valor
O Grupo Desportivo e Cultural Estrelas Vermelhas	8 de Agosto	S. Jacinto	680,00€+IVA

Nos termos previstos da alíneas u) e p) do número 1, artigo 33 do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...) pelo que se deixa à consideração da Câmara Municipal a atribuição do apoio solicitado.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, disponibilizar ao Grupo Desportivo e Cultural Estrelas Vermelhas, transporte para uma atividade a desenvolver em S. Jacinto, no dia 8 de agosto de 2026 de acordo com o Regulamento dos Transportes Municipais e nos exatos termos e condições das informações constantes do processo.-----

Declaração de voto da bancada PPD/PSD: “ O PSD tendo inscrito no seu programa eleitoral o apoio a todo o movimento associativo e fazendo disso um



ponto importante, tem contribuído para a aprovação por unanimidade, os apoios que são dados às associações, convidando as associações que precisem desses apoios a dirigirem-se à Câmara Municipal.” -----

2 - APOIO À REALIZAÇÃO DA IX CAMINHADA UCRFF: PEDIDO DA UNIÃO CULTURAL E RECREATIVA FUSTE E FUNÇÃO: -----

--- Processo Medidata n.º 12789/26 ---

Transcreve-se a informação de 29/04/2026, prestada pelo técnico superior Miguel Alves e corroborada pelo chefe da DCDT, Artur Ferreira:-----

“A UCRFF – União Cultural e Recreativa de Fuste Função solicita apoio da Câmara Municipal de Vale de Cambra para a realização da IX Caminhada da UCRFF, a decorrer no próximo dia 31 de maio.-----

Trata-se de uma iniciativa de carácter comunitário que visa promover a atividade física, o convívio entre participantes e a valorização do território, contando com a participação da comunidade local.-----

De acordo com o solicitado, a Associação pretende o seguinte apoio:-----

- Seguro dos participantes da caminhada;-----
- Disponibilização do pórtico para colocar na entrada da sede da UCRFF no dia do evento. -----

Considerando:-----

- O enquadramento da iniciativa na promoção da atividade física, do convívio social e da valorização do território;-----
- O interesse municipal em apoiar iniciativas de carácter desportivo e comunitário;-----
- O impacto positivo deste tipo de eventos na comunidade local;-----
- A informação prestada pela SABSEG, indicando que todas as atividades organizadas ou patrocinadas pelo Município — nomeadamente no âmbito da ocupação de tempos livres, festividades e outros eventos de natureza

2026.05.18

desportiva, cultural ou recreativa — encontram-se enquadradas na apólice de acidentes pessoais para atividades temporárias, abrangendo os participantes envolvidos nessas iniciativas.-----

Informa-se que poderá o Município assegurar o empréstimo do pórtico e acionar o seguro de acidentes pessoais, devendo para o efeito a Associação, enviar até às 12h da sexta-feira anterior ao evento, uma listagem em formato excel com os seguintes dados dos participantes: nome completo, data de nascimento e número de cartão de cidadão.-----

Informa-se ainda que, de acordo com o Plano de Atividades do Município, encontra-se previsto a realização do Dia Mundial da Criança no Parque da Cidade no período da tarde.-----

Atendendo que a atribuição de apoios a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou recreativa é da competência da Câmara Municipal, entende-se que o presente pedido deverá ser submetido a deliberação em Reunião de Câmara.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apoiar a realização da IX Caminhada da UCRFF disponibilizando o pórtico e assegurando o seguro de acidentes pessoais aos participantes, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo.-----

Declaração de voto da bancada PPD/PSD: “O PSD tendo inscrito no seu programa eleitoral o apoio a todo o movimento associativo e fazendo disso um ponto importante, tem contribuído para a aprovação por unanimidade, os apoios que são dados às associações, convidando as associações que precisem desses apoios a dirigirem-se à Câmara Municipal.” -----

3 - APOIO À CAMINHADA SOLIDÁRIA: PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO VALECAMBRENSE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE:-----



Transcreve-se a informação de 24/04/2026, prestada pelo técnico superior Miguel Alves e corroborada pelo chefe da DCDT, Artur Ferreira:-----

“Na sequência do pedido apresentado pela Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente, conforme processo 7361/2026 em medidata, e da disponibilidade manifestada pelo Município em colaborar na realização da caminhada solidária agendada para o dia 21 de junho de 2026, realizou-se uma reunião de trabalho com a referida entidade, com o objetivo de identificar as necessidades logísticas do evento.-----

Dessa reunião resultaram os seguintes pedidos de apoio:-----

- Seguro de acidentes pessoais para os participantes;-----
- Disponibilização de um pequeno palco para aula de zumba;-----
- Montagem de pórtico de meta;-----
- Sistema de som para apoio ao evento;-----
- Apoio na conceção e elaboração do cartaz de divulgação;-----
- Fornecimento de águas para os participantes;-----
- Disponibilização da plataforma municipal para gestão de inscrições:-----

Informa-se ainda que:-----

- O fornecimento de águas terá um custo estimado de 100€ para 660 águas;
- A utilização da plataforma de inscrições terá um custo de 100€, acrescido das respetivas taxas de transação, as quais poderão ser suportadas pela Associação.-----

Face ao exposto, submete-se à consideração de V. Exa. a eventual autorização dos apoios acima identificados, bem como das condições associadas.-----

Proposta de cabimento n.º 1322/26 – 200,00 €-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apoiar a Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente na realização da

2026.05.18

Caminhada Solidária, no dia 21 de junho 2026, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo.-----

Declaração de voto da bancada PPD/PSD: “O PSD tendo inscrito no seu programa eleitoral o apoio a todo o movimento associativo e fazendo disso um ponto importante, tem contribuído para a aprovação por unanimidade, os apoios que são dados às associações, convidando as associações que precisem desses apoios a dirigirem-se à Câmara Municipal.” -----

4 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO SOCIAL PARTILHADA – ELH – 20 FOGOS E REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA – AUTO DE MEDIÇÃO N.º 19:-----

--- Processo Medidata n.º 12996/26 ---

Presente o Auto de Medição n.º 19 da obra acima referida, assinado digitalmente pelo Eng. Ricardo Manuel Reis Sá, da empresa de construção *Mário Ferreira Pinto e Filhos, Ld.ª* e pelo Eng. Vítor Manuel Almeida Soares, técnico da Câmara Municipal, os quais, aos vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, procederam à medição dos trabalhos no local, que correspondem ao valor de 180.895,60€ (cento e oitenta mil oitocentos e noventa e cinco euros e sessenta centimos) s/IVA. -----

Por informação de 29/04/2026 do técnico da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Vítor Manuel Almeida Soares, é proposta a aprovação do presente Auto de Medição pela Câmara Municipal.-----

O Auto e respetivo Mapa de Trabalhos ficam arquivados no processo respetivo. “

A Câmara Municipal, com a abstenção da bancada do PPD/PSD, deliberou, por maioria, aprovar o Auto de Medição n.º 19 da empreitada de construção de Edifício de Habitação Social Partilhada - ELH – 20 Fogos e Requalificação da Rede Viária, no valor de 180.895,60€ (cento e oitenta mil oitocentos e noventa e



cinco euros e sessenta cêntimos) s/IVA, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo. -----

Declaração de voto da bancada PPD/PSD: “Abstemo-nos por não conhecermos a realidade do projeto.”-----

5 - CONSTRUÇÃO ROTUNDA FRENTE AO EMPREENDIMENTO - HABITAÇÃO SOCIAL PARTILHADA (ELH) EM RAMILOS: -----

--- Processo Medidata n.º 13509/26 ---

Transcreve-se a informação de 04/05/2026, subscrita pelos Chefes da DPOGU,

Armando Ribeiro e da DOME, Paulo Reis e pelo técnico superior, Vítor Soares:----

“Na sequência da análise técnica realizada à solução viária proposta, nomeadamente à construção de uma rotunda em frente ao empreendimento habitacional em desenvolvimento – composto por 20 fogos destinados a habitação partilhada – cumpre informar que após a sua marcação no local, verificou-se que a mesma apresenta limitações funcionais relevantes.-----

Em concreto que, em reunião realizada com as forças de segurança, foi igualmente manifestada a preocupação de que a implementação da referida rotunda poderá, em vez de mitigar, vir a agravar os constrangimentos existentes ao nível da circulação rodoviária.-----

Face ao exposto, admite-se como solução alternativa a manutenção da situação atual, introduzindo-se as melhorias que se venham a considerar necessárias para otimizar as condições de segurança e fluidez do tráfego.-----

Nestes termos, e caso esta venha a ser a opção a adotar pela Câmara Municipal, deverá o gabinete de arquitetura responsável proceder à apresentação da respetiva proposta de reformulação da planta, para efeitos de apreciação e aprovação.”-----

O Sr. Presidente esclareceu que o que se encontrava em apreciação e votação era a aprovação, ou não, da implementação de uma rotunda naquele local.-----

A vereadora, Mafalda Sofia Ferreira, referiu que passa diariamente no local e que constataria que o novo lancil já se encontrava executado. Acrescentou que, tanto quanto era do seu conhecimento, o projeto inicial implicava alterações naquele elemento da obra, pelo que considerava existir uma aparente contradição entre a execução dos trabalhos e a deliberação submetida à Câmara.-----

O Sr. Presidente esclareceu que o lancil teria de ser executado independentemente da solução a adotar para o local, pelo que a sua construção não estava dependente da implantação da rotunda. -----

A vereadora, Mafalda Sofia Ferreira, fez referência ao parecer técnico constante do processo, segundo o qual, caso a solução da rotunda viesse a ser aprovada pela Câmara Municipal, o gabinete de arquitetura responsável deveria proceder à reformulação da respetiva planta, questionando se essa reformulação já tinha sido efetuada.-----

O Sr. Presidente respondeu que a referida reformulação ainda não tinha sido realizada, esclarecendo que a mesma apenas poderia ocorrer após a deliberação da Câmara.-----

A vereadora, Mafalda Sofia Ferreira, observou que, apesar de ainda não existir qualquer alteração formalmente aprovada ao projeto, o novo lancil já se encontrava executado, concluindo que a deliberação em apreciação assumia, na sua perspetiva, a natureza de uma ratificação de uma situação já concretizada.----

O vereador, Miguel Aguiar Soares, questionou se, à data da elaboração do projeto, a implementação de uma rotunda naquele local se justificava. O Sr. Presidente respondeu que, aquando da elaboração do projeto, a solução tecnicamente fazia sentido, mas que, eventualmente devido a um erro de cálculo, a sua concretização se revelou inviável.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a via no estado em que atualmente se encontra, sem proceder à construção de uma rotunda,



introduzindo, contudo, as melhorias que venham a ser consideradas necessárias para reforçar as condições de segurança.-----

Declaração de voto da bancada PPD/PSD: “Aprovamos esta decisão por não existir outra alternativa.”-----

6 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE TROÇO DE CAMINHO PÚBLICO - REQUERIMENTO DE PATAMAR PONTUAL INVESTIMENTOS, LD.ª: -----

--- Processo Medidata n.º 24865/25 ---

Transcreve-se a informação de 22/04/2026 prestada pelo chefe da DPOGU, Armando Ribeiro:-----

“09/08/2024 – Entrou um pedido em nome da empresa “Patamar Pontual Investimentos, Lda.” onde solicitava a eliminação de um caminho público, com o argumento de que esse caminho apenas serve os seus terrenos.-----

13/08/2024 – O chefe da DPOGU propõe que fosse posta a questão à União de Freguesias, para se pronunciarem quanto à dominialidade do arruamento.-----

17/09/2025 – Como o processo não teve continuidade, em atendimento feito ao requerente, este solicitou resposta ao seu pedido.-----

23/09/2025 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal mandou remeter o processo à União de Freguesias para se pronunciarem.-----

06/10/2025 – A União de Freguesias responde (através do NIPG 24865/25) que não vê inconveniente na eliminação do caminho público.-----

18/11/2025 – O chefe da DPOGU, face ao parecer favorável da União de Freguesias, remeteu o assunto ao Sr. Presidente para o executivo se pronunciar e dar continuidade ao processo, devendo remeter o assunto aos serviços jurídicos, caso a decisão fosse no sentido favorável.-----

07/01/2026 – A Dra. Isabel anexou o parecer jurídico com a descrição do procedimento a adotar.”-----

2026.05.18

Parecer Jurídico de 07/01/2026 prestada pela jurista Isabel Mariano referente ao NIPG 18573/24:-----

“No caso em apreço, é colocada a questão do procedimento a adotar face à existência de um troço de um caminho público, conforme plantas em anexo, que um particular/requerente pretende que passe a ser de sua propriedade.-----

Os bens do domínio público, de acordo com a sua titularidade, pertencem ao Estado, às regiões autónomas e às autarquias locais, segundo o disposto no n.º 2 do artigo 84.º da Constituição (CRP) e na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º e no artigo 15.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de outubro, na sua redação atual (RJPIP).-----

Existe um conceito formal de domínio público, isto é, são bens do domínio público aqueles que constam da CRP e da lei, pelo que temos:-----

1) Domínio público do Estado ou estadual: o respetivo elenco consta do n.º 1 do artigo 84.º da CRP e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro, e demais legislação avulsa (por força da remissão da alínea p) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro);-----

2) Domínio público regional: o respetivo elenco consta, no que respeita ao arquipélago dos Açores, do n.º 2 do artigo 22.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, sendo que o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira é omissivo quanto a esta matéria, pese embora lhe faça referência no n.º 1 do seu artigo 144.º;-----

3) Domínio público autárquico: não existe nenhuma lei de carácter geral relativa ao património público autárquico, pese embora se insiram neste as estradas e caminhos municipais e os bens do domínio público hídrico reservado para as autarquias locais.-----

Os bens do domínio público estão sujeitos a um regime de direito público, dotado de especial tutela, daqui decorrendo as características dos bens de domínio



público (cfr. artigo 18.º e seguintes do RJPIP): inalienabilidade, imprescritibilidade, impenhorabilidade e autotutela.-----

Assim, os bens do domínio público são por natureza: inalienáveis imprescritíveis e impenhoráveis. No entanto, a lei permite que sejam desafetados do domínio público municipal e integrados no domínio privado do município, podendo nessa nova qualidade ser objeto de alienação.-----

Nestes termos, caso a Câmara Municipal considere pertinente a presente solicitação, deverá o troço do caminho ser desafetado do domínio público do Município e integrado no seu domínio privado, com vista a posterior venda, deliberando dar início ao necessário procedimento, do que será dada publicidade através de edital, concedendo prazo aos interessados se pronunciarem (15 dias contados em dias úteis), nos termos do disposto no artigo 191.º do CPA.-----

Decorrido o prazo concedido para os interessados se pronunciarem (15 dias contados em dias úteis), nos termos do disposto no artigo 191.º do CPA, caso não sejam apresentadas quaisquer reclamações por parte de interessados, cabe à Câmara Municipal deliberar propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, desafetar o troço do caminho público, do domínio público do Município e integrá-lo no seu domínio privado, com vista à sua utilização para o referido fim."-----

O Vereador Nelson Martins questionou se a Assembleia de Freguesia não deveria ter sido ouvida, atendendo a que o pedido deu entrada na Câmara Municipal em determinado momento e apenas muito mais tarde o Presidente da Junta de Freguesia emitiu o respetivo parecer, sendo agora o assunto apresentado em reunião de Câmara Municipal para decisão.-----

Questionou ainda onde, como, quando e de que forma será publicitado o edital, defendendo que deve existir total transparência no processo.-----

2026.05.18

Referiu também que, considerando o teor do pedido datado de 09/08/2024, ao proceder-se à desafetação presume-se que o comprador do terreno venha a ser a sociedade “Patamar Pontual Investimentos”, uma vez que o caminho em causa atravessa apenas o seu terreno. No entanto, salientou que, sendo o assunto submetido a consulta pública, não existem garantias absolutas de que o comprador venha efetivamente a ser a referida empresa.-----

O Senhor Presidente esclareceu que, após consulta ao Departamento Jurídico e à DPOGU – Divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbana, foi confirmado não existir obrigatoriedade de pronúncia da Assembleia de Freguesia. Acrescentou ainda que, após a desafetação, sendo legalmente obrigatória a colocação do terreno à venda, o risco de aquisição por pessoa distinta do proprietário dos artigos confinantes não se coloca, uma vez que este dispõe de direito de preferência relativamente a terceiros. -----

A Câmara Municipal, com o voto contra do Vereador Nelson Martins, deliberou, por maioria, dar início ao procedimento de desafetação do domínio público para o domínio privado do município de um troço do caminho público, conforme planta topográfica e nos exatos termos e condições da informações constantes do processo.-----

7 - TRANSPORTE DE GRUPO DE CRIANÇAS DA CATEQUESE: PEDIDO DA PARÓQUIA DE VILA CHÃ:-----

--- Processo Medidata n.º 12062/26 ---

Transcreve-se a informação de 20/05/2026 encaminhada pela Chefe da DASE, Paula Ferreira:-----

“Vem a Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Chã, por este meio, solicitar de V.Exas a colaboração em serviço de transporte de um grupo de 47 crianças do 6.º ano da catequese paroquial, para a participação em encontro de preparação para a

*Profissão de Fé, no seguinte programa (só ida):-----



- Dia 16 de maio, saída do Santuário de Santo António pelas 08:30h rumo à Casa de Retiros do Movimento Oásis, sita em Rua Mirante de Sonhos, 105, 4445-511 ERMESINDE.-----

As crianças serão acompanhadas pelos catequistas, e dos quais será a catequista Cláudia Martins (...) responsável pelo contacto a este assunto”.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente de 13/05/2026, que deferiu a disponibilização de transporte à Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Chã, nos exatos termos e condições das informações constante do processo.-----

8 - TRANSPORTE IDA E VOLTA DO AEROPORTO SÁ CARNEIRO: PEDIDO DO GRUPO ETNOGRÁFICO TERRAS DE CAMBRA:-----

--- Processo Medidata n.º 6058/26 ---

No seguimento do pedido de transporte do Grupo Etnográfico Terras de Cambra que se transcreve:-----

“Vem o Grupo Etnográfico Terras de Cambra solicitar transporte autocarro para o Aeroporto Sá Carneiro – Porto, vamos a uma deslocação à Ilha da Madeira, em representação do concelho de Vale de Cambra, com a participação em vários festivais de folclore.-----

Esta nossa deslocação será a concretização da segunda parte de um intercâmbio cultural iniciado cá em Vale de Cambra, em 2025, com o Grupo de Folclore da Casa do Povo de Santa Cruz.-----

Horários – Ida 15 de julho e o regresso dia 22 de julho, com horário a confirmar.”--

Transcreve-se a informação de 06/05/2026 da técnica superior da DASE, Fátima Rocha:-----

“Serve o presente, para informar que ajustando o horários dos transportes em período de férias escolares apresentamos disponibilidade para realizar o

2026.05.18

transporte solicitado. Mais informo que nos dias 14, 15, 22 e 23 de julho não será assegurado qualquer transporte das férias desportivas ou de outras atividades.”---

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, disponibilizar o transporte ao Grupo Etnográfico Terras de Cambra, nos dias 15 e 22 de julho, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo:-----

9 - PROPOSTA DE LOUVOR:-----

--- Processo Medidata n.º 1446/26 ---

Pela Sra. Vereadora Mónica Seixas é proposto um VOTO DE LOUVOR:-----

“No uso das competências que me foram delegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 11/11/2025, proponho que seja concedido um louvor aos Trabalhadores desta Câmara Municipal que, pelo percurso de 40 ou mais anos de serviço, pela cessação de funções por aposentação no presente mandato e por reunirem as condições para a aposentação no ano de 2026, se destacaram pelo contributo relevante prestado ao longo das suas carreiras no desenvolvimento do nosso concelho. -----

Tendo presente o esforço, a dedicação e o elevado sentido de responsabilidade demonstrados ao longo de décadas de serviço público, é de inteira justiça reconhecer, de forma pública e institucional, o percurso profissional destes trabalhadores, que pautaram a sua atuação por elevados padrões de profissionalismo, zelo, competência e compromisso com o interesse público. -----

Importa destacar os valores que sempre nortearam o seu desempenho, designadamente os sólidos princípios éticos, o espírito de serviço público, o magnífico sentido de equipa, a permanente disponibilidade e a atenção dedicada a todos, bem como a forma dinâmica, empenhada e responsável, com que abraçaram todas as funções e projetos que lhes foram confiados. -----

Neste sentido, proponho que que seja deliberado pela Câmara Municipal: -----



“Atribuir um Voto de Louvor aos Trabalhadores: António Fernandes Sousa Pinto; Manuel António Fonseca Tavares; Custodio Almeida Santos; Joaquim Tavares Almeida; Maria Isabel Almeida Sousa; Maria Cândida Almeida Gomes Ferreira Correia; Victor Manuel Soares Correia; Maria Adélia Silva Cruz; Victor Martins Fernandes; Ana Laura Martins Fernandes; Manuel Joaquim Rodrigues Fevereiro; Eugénio Augusto Moreira; Adão Moreira Pinho; Camilo Teixeira Pinho; Maria Fernanda Pinho Quental; Arménio Tavares Quintal Lopes; Alcina Maria Pinho Silva; António Moreira; Carlos Miguel Tavares Almeida; João Oliveira Barbosa; Maria Isabel Silvestre Mariano; Manuel José Carvalho; Manuel Martinho Dias Sousa; Idalina Pinho Brandão; Esperança Luz Henriques; Jorge Alberto Ferreira; Maria Helena Almeida Brandão Espírito Santo; Maria Isabel Tavares Oliveira; Maria Ivone Soares Almeida; Maria Ascensão Martins; Maria Lurdes Conceição Zuzarte; Rosa Maria Bastos Silva Correia Leite, expressando o justo reconhecimento pela excelência demonstrada ao longo das suas carreiras, no exercício das suas funções na Câmara Municipal de Vale de Cambra.-----

Proceder à publicação da deliberação relativa ao Voto de Louvor no Diário da República.”-----

O vereador Nelson Martins considera justo o reconhecimento, mas sugere que, no futuro, também se use a meritocracia.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares perguntou se esta atribuição de louvor tinha alguma relação com o sistema de avaliação do SIADAP.-----

O Sr. Presidente respondeu que não tinha qualquer ligação, considerando-se apenas a antiguidade. -----

O vereador Vítor Tavares sugeriu que não só se atribua o reconhecimento após quarenta anos de serviço, mas também aos vinte e cinco.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor aos Trabalhadores desta Câmara Municipal referidos na proposta da Vereadora do



2026.05.18

Pelouro, pelo percurso de 40 ou mais anos de serviço, pela cessação de funções por aposentação no presente mandato e por reunirem as condições para a aposentação no ano de 2026, se destacaram pelo contributo relevante prestado ao longo das suas carreiras no desenvolvimento do nosso concelho. -----

10 - PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DO CANDIDATO POSICIONADO EM 2.º LUGAR, PARA OCUPAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, NA ÁREA DE LICENCIATURA EM MULTIMÉDIA, DESIGN, NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO, CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO OU MARKETING E PUBLICIDADE, MEDIANTE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO – RESERVA DE RECRUTAMENTO DO AVISO N.º17243/2024/2, PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 156 de 13 DE AGOSTO:-----

--- Processo Medidata n.º 13291/26 ---

Transcreve-se a informação técnica de 13/05/2026, prestada pela técnica RH,

Regina Quintal: -----

"O Técnico Superior, Dr. André Filipe Almeida Barbosa, afeto ao Gabinete de Comunicação e Protocolo, apresentou em 04-05-2026, Informação/Proposta a solicitar o recrutamento de mais um Técnico Superior na área de licenciatura em Multimédia, Design, Novas Tecnologias da Comunicação, Ciências da Comunicação ou Marketing e Publicidade, utilizando a reserva de recrutamento do procedimento concursal acima referido, com os seguintes fundamentos:-----

Considerando:-----

- o acréscimo de tarefas atribuídas ao Gabinete de Comunicação e Protocolo, decorrente, designadamente, do reforço das competências municipais, da crescente exigência ao nível da comunicação institucional e da necessidade de assegurar a organização e acompanhamento de atos protocolares, torna-



se necessário reforçar este serviço com recursos humanos adequados, que permitam garantir uma resposta célere, eficaz e de qualidade.-----

- que as atuais exigências ao nível da comunicação institucional, gestão de conteúdos informativos, relacionamento com os munícipes e organização de eventos implicam uma capacidade técnica e operacional que extravasa os recursos humanos atualmente disponíveis (apenas de um);-----

- que existe reserva de recrutamento válida e de utilização obrigatória, que permite suprir a necessidade identificada, resultante do procedimento concursal para a carreira e categoria de Técnico Superior, com funções na área da Comunicação Digital e Multimédia, publicitado através do Aviso n.º 17243/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto de 2024;-----

Propõe-se que seja desencadeado procedimento com vista ao recrutamento do candidato posicionado em 2.º lugar na lista de ordenação final do procedimento concursal acima referido, para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, a afetar ao Gabinete de Comunicação e Protocolo, mediante a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.-----

Assim, informo o seguinte:-----

O mapa de pessoal do Município de Vale de Cambra para 2026 prevê 2 postos de trabalho na categoria de Técnico Superior, na área de licenciatura em Multimédia, Design, Novas Tecnologias da Comunicação, Ciências da Comunicação ou Marketing e Publicidade, no Gabinete de Comunicação e Protocolo, sendo que 1 destes postos de trabalho encontra-se ocupado e 1 encontra-se por preencher, estando prevista a respetiva cabimentação orçamental.-----

Na presente data, não está a decorrer qualquer procedimento concursal para a carreira/categoria de Técnico Superior, na área de licenciatura em Multimédia,

2026.05.18

Design, Novas Tecnologias da Comunicação, Ciências da Comunicação ou Marketing e Publicidade, no Gabinete de Comunicação e Protocolo.-----

Existe reserva de recrutamento de utilização obrigatória que permite suprir as necessidades apresentadas.-----

A referida reserva resulta do procedimento de recrutamento para a carreira/categoria de Técnico Superior, na área de licenciatura em Multimédia, Design, Novas Tecnologias da Comunicação, Ciências da Comunicação ou Marketing e Publicidade, para o exercício das funções descritas no Aviso n.º 17243/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto, cuja lista de ordenação final foi homologada em 31-03-2025, e que se anexa.-----

Nos termos do n.º 6 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, a “reserva de recrutamento é válida pelo período de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final” e “o procedimento concursal cessa com a ocupação dos postos de trabalho constantes da publicitação, quando os postos não possam ser totalmente ocupados por inexistência ou insuficiência de candidatos, ou no fim do prazo de validade da reserva de recrutamento.” -----

Resulta ainda do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro que compete ao órgão executivo a deliberação que permite o preenchimento de postos de trabalho previstos e não ocupados.-----

Conclusão: aprovar a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por recurso à reserva de recrutamento do procedimento aberto pelo Aviso n.º 17243/2024/2, publicado no Diário da República 2.ª série N.º 1156 de 13 de agosto, com o Técnico Superior posicionado em 2.º lugar na Lista Unitária de Ordenação Final homologada em 31/03/2025, para exercício de



funções no Gabinete de Comunicação e Protocolo, nos exatos termos das informações prestadas no processo. -----

Encontram-se reunidas as condições legais para submeter ao órgão executivo competente proposta de contratação do candidato posicionado em 2.º lugar, para ocupação do posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, na área de licenciatura em Multimédia, Design, Novas Tecnologias da Comunicação, Ciências da Comunicação ou Marketing e Publicidade, mediante contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por recurso à reserva de recrutamento do procedimento aberto pelo Aviso n.º 17243/2024/2, publicado no Diário da República 2.ª série N.º 1156 de 13 de agosto, com o Técnico Superior posicionado em 2.º lugar na Lista Unitária de Ordenação Final homologada em 31/03/2025, para exercício de funções no Gabinete de Comunicação e Protocolo, nos exatos termos das informações prestadas no processo.-----

11. INFORMAÇÕES E OUTROS PROCESSOS:

O Senhor Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, prestou as seguintes informações:-----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 30/04/2026 a 12/05/2026, no valor líquido total 732.419,15 € (setecentos e trinta e dois mil quatrocentos e dezanove euros e quinze cêntimos). -----

-Requerimento de férias da vereadora Mónica Seixas: -----

05/06 a 05/06/2026	1 dia
13/07 a 17/07/2026	5 dias
16/08 a 21/08/2026	3 dias
31/08 a 04/09/2026	5 dias
09/09 a 11/09/2026	3 dias
02/10 a 02/10/2026	1 dia

2026.05.18

- Informação prestada pelo vereador Nelson Martins, no âmbito das competências delegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

- Listagem de processos de Obras Particulares, deferidos por despacho do vereador, Sérgio Soares, no âmbito das competências delegadas/subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento das informações prestadas.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Reunião pública em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, aplicando-se o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo, tendo sido, de acordo com o n.º 3 do referido artigo, feita a publicitação por Edital no site do Município e Plataforma SAM, bem como, no placar dos Paços do Concelho e nas Juntas de Freguesia). -----

Do público presente, registou-se a inscrição de 3 munícipes aos quais o Sr.

Presidente deu a palavra:-----

- **Sérgio David Tavares André** começou por referir que é investidor em Arões desde 2020, ano em que instalou um alojamento local no lugar da Felgueira, situado a cerca de 25 metros de uma ETAR.-----

Explicou que a sua preocupação decorre do facto de este equipamento aparentar já não possuir capacidade suficiente para responder ao aumento significativo de alojamentos existentes na zona. Referiu, nesse sentido, que foi recentemente licenciada a construção de um novo empreendimento turístico com cerca de 10 unidades de tipologia T1, ao que acresce o restaurante já existente e a população residente.-----

Manifestou receio de que o seu alojamento local venha a ser prejudicado, considerando que o aumento da carga poderá conduzir ao colapso da ETAR. Acrescentou que já se verificam ruídos constantes e derrames em terrenos vizinhos, situação que entende configurar um problema de saúde pública.-----

Salientou ainda que os comentários nas plataformas digitais são determinantes para a concretização de reservas, receando que estes problemas possam originar avaliações negativas e comprometer a viabilidade do negócio.-----



Informou por fim, que já expôs a situação à Senhora Presidente da Junta de Arões, defendendo contudo, que a solução passará pelo afastamento da ETAR da zona habitacional.-----

O Sr. Presidente informou que tomou nota da situação exposta, acrescentando que irá avaliar o problema em articulação com os serviços competentes, de forma a apurar quais as possibilidades de intervenção para a sua resolução.-----

- Aldina Duarte Borges apresentou uma preocupação relacionada com a crescente aproximação dos javalis às habitações, salientando que estes animais têm vindo a destruir as poucas culturas agrícolas existentes, constituindo igualmente um perigo para a população.-----

O Sr. Presidente referiu que já existem vários alertas relativamente a esta situação, tendo sido ponderada a instalação de um sistema de afastamento de javalis. Contudo, explicou que essa solução acabou por não avançar, uma vez que se constatou que apenas produz efeitos numa fase inicial, verificando-se posteriormente uma adaptação dos animais ao sistema. Acrescentou ainda que já foram promovidas montarias, sem que o problema tenha ficado resolvido. Considera tratar-se de uma situação grave, garantindo que tudo será feito no sentido de encontrar uma solução adequada.-----

- Sílvia Daniela da Costa Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, tomou a palavra para agradecer a presença do executivo na freguesia, realçando a importância da criação de serviços de proximidade, evidenciada pelo interesse demonstrado pelo numeroso público presente.-----

Relativamente ao problema da ETAR, informou que já tinha remetido um ofício à Câmara Municipal, tendo conhecimento de que o assunto se encontra em análise. No que respeita à questão dos transportes, referiu ter abordado o tema logo na primeira reunião realizada após a tomada de posse, manifestando satisfação por saber que já está a ser tratada a respetiva implementação. Manifestou ainda a

2026.05.18

disponibilidade da Junta de Freguesia para assegurar algum transporte complementar, caso venha a revelar-se necessário.-----

Abordou também a questão dos limites da freguesia, salientando a necessidade de ser alcançado um acordo com a Câmara Municipal de Arouca, por forma a que os mesmos fiquem devidamente definidos.-----

Por fim, relativamente aos fontanários públicos, reforçou que já tinha solicitado a realização de análises à água, sobretudo tendo em consideração a inexistência de rede pública de abastecimento de água.-----

APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO: -

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos sete membros presentes, **aprovar em minuta**, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **todas as deliberações tomadas na presente reunião tendo em conta os documentos que constam dos processos Medidata referidos nos respetivos pontos**, sendo a ata, no termos do n.º 2 do referido preceito legal, aprovada numa próxima reunião ordinária. -----

Nada mais havendo a tratar e sendo 16 horas e 30 minutos, o Sr. Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, após lida por todos os presentes, é assinada por si e pela secretária, Cristina Capelo, que a lavrou.-----



Cristina Capelo

